



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640123 - SP (2021/0013197-9)

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
LUANA BARBOSA OLIVEIRA - MG134138  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : EMILIO CARLOS GOUVEIA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de EMILIO CARLOS GOUVEIA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2237996-19.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante e denunciado pela suposta prática do crime descrito no art. 155 § 4º, inciso I, do CP.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

Sustenta a impetrante que o decreto preventivo careceria de fundamentos concretos e não teria demonstrado a presença dos requisitos previstos no art. 312 do CPP, se consideradas as circunstâncias pessoais do agente, e a Recomendação CNJ n. 62/2020.

Assevera que seria cabível a substituição da custódia por cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com ou sem a substituição por cautelares diversas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, haja vista os fundamentos utilizados para manter o decreto preventivo que, em princípio, se mostram concretos (fl.78).

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade na custódia decretada, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 78-79):

*Anote-se, ainda, que a Recomendação 62/2020 do CNJ, não criou direito subjetivo para que se evite*

*medidas prisionais, na forma da lei. Ademais, praticado o ato pelo ora paciente quando já em vigor as medidas de combate à pandemia do Covid-19, ainda assim, não se recolheu ao necessário isolamento e foi preso em circunstâncias que permitiram ao menos por ora indicar a prática prevista no artigo 155 do Código Penal. Portanto, não se pode valer daquela Recomendação, para assegurar a liberdade e, eventualmente, a continuidade da prática delitiva. Ademais, nenhuma comprovação se fez de que se encontre em qualquer grupo de risco, para eventuais portadores da moléstia. Depois, possível superlotação do estabelecimento prisional e eventual necessidade de providências para se precaver da pandemia, poderão ser tomadas na instância originária, não sendo adequada a verificação disso, nos limites exíguos deste habeas corpus.*

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência